



CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM
ATA DA 93ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA UNIDADE REGIONAL COLEGIADA
TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA

Local: Sede Regional Sisema – Pç. Tubal Vilela, 03, Centro - Uberlândia/MG
Datas: 19/10/2012 às 09:00 hs

Aos 19 (dezenove) dias do mês de outubro do ano corrente, realizou-se na FIEMG Uberlândia/MG, logradouro acima transcrito, a nonagésima terceira reunião ordinária do conselho de política ambiental, Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Dra. Silvia Cristiane Lacerda, suplente da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD; Sr. Flávio da Costa Santos, titular da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Econômico – SEDE; Sra. Patrícia Metz Peixoto, 1ª suplente da Secretaria de Transportes e Obras Públicas – SETOP; 1º SGT PM Sr. Carlos Augusto Faria de Oliveira, 2º suplente da Polícia Militar de Minas Gerais; Sr. Carlos Alberto Valera, titular da Procuradoria Geral de Justiça – PGJ; Sr. Hélio Francisco Queiroz, 1º suplente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais – IBAMA; Sra. Raquel Mendes Carvalho, 2ª suplente da prefeitura municipal situada na área de abrangência da URC; Sra. Dora Marques Peres Drummond, 1º suplente do Comitê de Bacia dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba, Sr. Thiago Alves do Nascimento, 2º suplente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG; Sra. Elaine Cristina Ribeiro Lima, titular da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – FAEMG; Sr. Moisés Inácio Franco, 1º suplente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - FETAEMG; Sr. Fábio Pergher, titular da Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS; Sr. Samuel do Carmo Lima, titular da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES; Sra. Nathália Cristine Araújo, titular da Organização para a Proteção Ambiental – OPA. SILVIA (PRESIDENTE) – Então neste momento vamos dar início a reunião 93ª (nonagésima terceira) da Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Daremos início a nossa sessão às 9:13, para iniciar vamos a execução do hino nacional. **Item 1 - Execução do Hino Nacional Brasileiro. Item 2 – Abertura pelo Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC/COPAM Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Dr. Danilo Vieira Junior.** Passamos nesse momento para o **Item 3- Comunicado dos conselheiros e Assuntos Gerais** - Passo a palavra aos senhores conselheiros. CARLOS VALERA (PGJ) – Bom dia a todos e a todas, primeiramente com atraso dar os parabéns ao SISEMA pela inauguração da nova SEDE e também desejar boa sorte aos novos integrantes que passaram a integrar o quadro, dentre eles em especial o amigo Dr. Felipe Fioque. Gostaria também de compartilhar com nossos conselheiros a Vale Fertilizantes nos procurou e eles estão com processo de ampliação em Araxá da barragem B5 e B6, e a exemplo do que aconteceu com o empreendimento da Galvani eles tem todo interesse para esclarecer aos conselheiros e fazer reuniões prévias para apresentar o projeto. Então provavelmente os senhores conselheiros serão procurados pela Vale para essa finalidade. Obrigado. THIAGO (FIEMG) – Bom dia a todos, complementando a fala do nosso nobre colega Dr. Carlos, realmente o empreendimento se colocou a disposição para



esclarecer, para poder trazer informações, e coloco o espaço da nossa regional se for necessário pode entrar em contato comigo e podemos organizar essa reunião lá. Muito obrigado. SIMONE (ABES) – Eu queria registrar a presença da presidente da ABES que está presente aqui a Célia. SILVIA (PRESIDENTE) – Neste momento a gente gostaria de apresentar os novos integrantes da equipe técnica e jurídica da SUPRAM TMAP. Nós temos seis novos integrantes, a gente gostaria que vocês ficassem de pé, o Renato, Taciana, Samuel, Vanessa, Felipe e Carlos. Gostaríamos de dar boas vindas a vocês e colocar vocês a disposição dessa equipe do conselho. Muito obrigada. Neste momento faremos o **item 4 - Exame da Ata da 92ª RO de 14/09/2012** – Os senhores conselheiros que concordam com a Ata permaneçam como estão ou manifeste voto contrário. CARLOS VALERA (PGJ) – Abstenção. SILVIA (PRESIDENTE) – Ata aprovada. Neste momento antes de passarmos para o item 5, eu vou passar a palavra para Kamila, nossa assessora jurídica do conselho, ela vai fazer explanação aqui rapidamente sobre o novo regimento do COPAM, que já está em vigor nessa reunião de acordo com a DN 177. KAMILA (SUPRAM) – Bom dia senhores conselheiros, de forma muito breve eu apanhei alguns artigos que para o nosso dia a dia aqui na reunião, a gente precisa agora passar a observar. A gente vai ver que algumas alterações na verdade a gente já fazia na reunião, mas agora de forma formal, isso está na norma. Tempo, vocês já viram que o relógio já está até aqui, então comunicado dos conselheiros e assuntos gerais são trinta minutos que é dividido entre quem quer fazer o uso da palavra. Durante o debate da matéria em destaque, cada conselheiro tem 10 minutos podendo ser prorrogado a critério da presidência. Forma de apreciação e votação do parecer, primeiro nós vamos votar o parecer da SUPRAM, depois quando houver a necessidade a exclusão, inclusão e alteração da condicionante, como a gente já fazia. Agora se tiver algum dissenso, se algum conselheiro disser que só consegue votar esse parecer se essa condicionante for incluída, então nesse caso específico coloca a proposta do conselheiro e o parecer da SUPRAM. Vista do processo, agora a gente precisa fundamentar, motivar o pedido de vista, é direito mais precisa motivar, e a gente tem aquele prazo agora na norma para que em cinco dias que antecede a reunião, o parecer de vista seja disponibilizado para todos os demais conselheiros, se isso não acontecer o relatório de vista não é apreciado só vai o parecer da SUPRAM. A diligência, antes era omissa no regimento anterior, e agora de forma mais explicativa é colocado que o conselheiro pode pedir a diligência quando há necessidade de esclarecimento de informação ao órgão ambiental só que a presidência é que vai ver a pertinência ou não dessa diligência porque a diligência é quando durante a reunião não é possível fazer o esclarecimento daquele item, por isso tem que passar pela apreciação da presidente. Só isso. SILVIA (PRESIDENTE) – Alguma dúvida senhores conselheiros quanto ao novo regimento? Então neste momento nós faremos a leitura de todos os processos que estão pautados, algum conselheiro que queira solicitar destaque favor se manifestar e os demais processos serão julgados em bloco. **Item 5. Processos Administrativos para exame da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação: 5.1 Carrancas Tecnologia em Tratamento e Beneficiamento de Madeiras Ltda. - Tratamento químico para preservação da madeira, cafeicultura e culturas anuais - Guimarães/MG - PA/Nº 05536/2012/001/2012 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP.** NATHALIA (OPA) – Destaque. SILVIA (PRESIDENTE) - O item 5.2 foi inserido como 5.2, mas na verdade deveria ser 7.2, então a gente gostaria de fazer essa alteração e a gente não vai incluí-lo como licença prévia concomitante com licença de instalação. **6. Processo Administrativo para exame da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação - Ampliação: 6.1 José Humberto Pereira - Fazenda Água Limpa**



- Avicultura de corte e reprodução e bovinocultura de corte - Uberlândia/MG - PA/Nº 04389/2004/003/2012 - Classe 4 - Apresentação: Supram TMAP. Não houve destaque. 7. Processo Administrativo para exame da Licença de Instalação Corretiva: 7.1 Salus Fundo de Investimento Imobiliário - FII - Terminal de produtos químicos e petroquímicos e postos revendedores, postos ou pontos de abastecimentos, instalações flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis aviação - Araguari/MG - PA/Nº 4747/2011/002/2012 - Classe 6 - Apresentação: Supram TMAP. CARLOS VALERA (PGJ) - Destaque. 7.2 M.O. Galvão Negócios e Participações Ltda. - Tratamento e/ou disposição final de resíduos sólidos urbanos - Uberaba/MG - PA/Nº 08233/2011/002/2011 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. NATHALIA (OPA) e SGTO. AUGUSTO (POLICIA MILITAR) – Destaque. 8. Processo Administrativo para exame da Licença de Operação: 8.1 Geraldo José Arantes - Agropecuária São Francisco de Assis - Suinocultura (crescimento e terminação) e bovinocultura de corte extensivo - Monte Alegre de Minas/MG - PA/Nº 08458/2006/002/2012 - Classe 5 - Apresentação: Supram TMAP. CARLOS VALERA (PGJ) – Destaque. 9. Processo Administrativo para exame da Licença de Operação Corretiva: 9.1 Lavanderia Jóia Ltda.- Lavanderia industrial - Ituiutaba/MG - PA/Nº 12292/2006/001/2012 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. Não houve destaque. 10. Processos Administrativos para exame de Revalidação da Licença de Operação: 10.1 Cooperativa dos Garimpeiros da Região de Coromandel - COOPERGAC - Lavra em aluvião, exceto areia e cascalho - Coromandel/MG - PA/Nº 16603/2005/005/2012 - DNPM 833.660/2004 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. Está sendo retirado de pauta a pedido da SUPRAM. 10.2 Armando Rezende Pereira - Fazenda Varginha - Suinocultura (crescimento e terminação), bovinocultura de corte (confinamento) e culturas anuais - Nova Ponte/MG - PA/Nº 15527/2005/002/2012 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. Não houve destaque. 10.3 Paratudo Indústria, Comércio, Importação e Exportação Ltda. - Fabricação de licores e outras bebidas alcoólicas - Uberlândia/MG - PA/Nº 1310/2002/005/2012 - Classe 4 - Apresentação: Supram TMAP. Não houve destaque. SILVIA (PRESIDENTE) - Então neste momento colocaremos em votação o item 6.1; 9.1; 10.2 e 10.3. Os senhores conselheiros que concordam com parecer da SUPRAM ou manifestem voto contrário. Processos aprovados. Então neste momento vamos colocar em discussão o item 5.1 com destaque Nathália (OPA). NATHALIA (OPA) – Na verdade essa recomendação também caberia mais em uma licença de operação, mas eu vou aproveitar para fazer aqui já nesse momento. Eu vi que alguns trechos do parecer contem um artigo tirado de uma revista, a revista da madeira, uma revista eletrônica, o CGA já foi proibido na Suécia, Dinamarca, tem recomendação da EPA nos Estados Unidos, então eu gostaria que o empreendedor adotasse algumas recomendações também que foram colocadas neste artigo na questão da venda, da destinação desse produto. Não usar essa madeira, não proporcionar a venda dessa madeira que pode se tornar componentes da comida ou ração animal, como tábuas de cortas carne, tábua de talhares de madeira, palito, cocho para animais, tonéis, revestimento interno de solo. Não queimar a madeira tratada em churrasqueiras,lareiras, fornos de comida, ou aquecedores residenciais. Podem ser utilizados em ambientes internos desde que a serragem e fiapos de madeira sejam limpos após o acabamento da peça. Evitar a inalação frequente ou prolongada de poeira, de madeira tratada e usar máscaras quando lixar ou serrar essas peças de madeira. Acredito que isso já deve estar previsto no plano, e após o trabalho com a madeira tratada tem que lavar bem as mãos. Então assim, algumas



139 informações que contem nesse artigo, às vezes da maior publicidade a essas informações
 140 porque algumas coisas, eu, por exemplo, não saberia, já vi muita gente utilizar essa madeira
 141 tratada para colocar em caldeiras de churrasqueira, para fazer comida. Então tentar dar maior
 142 publicidade a isso, às vezes procurando recomendar na hora da venda quais são essas
 143 restrições. SILVIA (PRESIDENTE) – Nathália seria uma recomendação para o processo de
 144 L.O ou uma recomendação para ser inserida na L.I. NATHALIA (OPA) – Pode já inserir
 145 nesse processo. SILVIA (PRESIDENTE) – O empreendedor está inscrito? Gostaria de se
 146 manifestar quanto à recomendação. O senhor pode se manifestar aqui, por favor, identificando
 147 o senhor tem cinco minutos. ARCILEU (Representante da Carrancas) – Quanto a essa
 148 recomendação nos folders que estão sendo processados a título de propaganda, está inserido
 149 tudo isso aí, que é “proibição” serra madeira, lixar madeira, usar em carvoaria, usar em fogões
 150 de lenha, churrasqueira e em todos esses processos. Nos folders já está sendo providenciado,
 151 não está presente porque está em execução ainda. SILVIA (PRESIDENTE) – Obrigada. Mais
 152 uma manifestação dos senhores conselheiros? Então neste momento colocamos em votação o
 153 item 5.1, os senhores conselheiros que concordarem com parecer da SUPRAM permaneçam
 154 como estão ou manifeste voto contrário. SIMONE (ABES) – Abstenção. SILVIA
 155 (PRESIDENTE) - Processo aprovado pela maioria com abstenção da ABES. Passamos neste
 156 momento para o item 7.1, com destaque para o Ministério Público. CARLOS VALERA (PGJ)
 157 – Aliás, senhora presidente, é mais para efeito de constar em ata, porque eu verifiquei que
 158 esse empreendimento vai se instalar no distrito industrial e não vi no parecer que esse distrito
 159 industrial esteja licenciado, então eu gostaria que o jurídico ou a SUPRAM esclarecessem
 160 para fim de ata, se está em processo de licenciamento e que fase. SILVIA (PRESIDENTE) –
 161 Equipe técnica, por favor. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM) – Bom dia conselheiro, O processo
 162 do DI encontra-se em análise técnica, LOC (Licença de Operação Corretiva). SILVIA
 163 (PRESIDENTE) – Ok Dr. Valera? Mais algum questionamento quanto a esse parecer? Então
 164 colocamos em votação o item 7.1, os senhores conselheiros que concordarem com parecer da
 165 SUPRAM permaneçam como estão ou manifestem voto contrário. Processo aprovado. Item
 166 7.2, destaque para o Ministério Público. Desculpa, destaque para a Polícia e para OPA. SGTO
 167 AUGUSTO (POLICIA MILITAR) – Eu queria acrescentar aqui no item 6, intervenção em
 168 APP. Aqui fala assim: o empreendimento não possui e não irá realizar nenhuma intervenção
 169 em APP”, na frase abaixo, está assim: “existe uma porção de APP”. No item 8.2.2, tem uma
 170 foto que existem dois mananciais em torno do empreendimento. Eu gostaria de saber a
 171 declividade do terreno, e a distância que vai ficar esse impedimento da água. SILVIA
 172 (PRESIDENTE) – Equipe técnica da SUPRAM por favor? ANDERSON (SUPRAM) – A
 173 distância para falar agora seria complicado, teria que medir isso aí pelo menos no Google
 174 earth, agora quanto a intervenção em APP eu não entendi a pergunta. CARLOS VALERA
 175 (PGJ) – Para ajudar, eu já esclareci para o Sgto. Augusto que o empreendedor adquiriu essa
 176 área, e havia uma APP degradada e ele está sendo condicionado a fazer a recuperação dessa
 177 área, isso ficou claro. A pergunta foi a seguinte, a declividade salvo engano consta no parecer
 178 é de 2% e a distância que eu gostaria também de saber. A distância nós temos que consultar
 179 na internet, cinco minutos a gente volta com a resposta. SILVIA (PRESIDENTE) – Então
 180 vamos abrir o destaque da OPA, Anderson a equipe técnica tenta descobrir essa informação, e
 181 outra pessoa da equipe, porque a Nathália também vai fazer questionamento. NATHALIA
 182 (OPA) – Solicitar a planilha de monitoramento de resíduos sólidos, modelo da SUPRAM e
 183 também só a título de informação, que essa semana saiu a lei 12.725 de 16 de outubro de
 184 2012, e ela dispõe sobre o controle de fauna nas imediações de aeródromos, então é uma lei



185 que vai estar em ação daqui 180 dias, e vai ter que ser realizado uma série de planos. Vai ter
 186 que ter o plano de manejo da fauna aeródromos programação de gerenciamento de risco da
 187 fauna, então vai haver uma série de especificações, que todos os empreendimentos que estão
 188 em área de segurança portuária, terão que cumprir e atender essas medidas agora. CARLOS
 189 VALERA (PGJ) – Nathália, eu já tive a cautela e já mandei para o jurídico e equipe técnica a
 190 cópia da lei. ANDERSON (SUPRAM) – Nathália, acho que a planilha não cabe nesse caso
 191 por se tratar de um aterro, todo resíduo vai ficar lá mesmo, não vai destinar esse resíduo para
 192 lugar nenhum. SILVIA (PRESIDENTE) – Ok Nathália? Então vamos passar para discussão
 193 de outro item, do item 8.1, enquanto a equipe da SUPRAM localiza a informação para atender
 194 a polícia e ao ministério público. Então neste momento entramos em discussão no item 8.1,
 195 com destaque para o Ministério Público. CARLOS VALERA (PGJ) – Observo que é um
 196 empreendimento classe 5, então eu queria fazer a proposição da condicionante da Lei do
 197 Snuc, com redação padrão da SUPRAM TM\AP. SILVIA (PRESIDENTE) – Mais algum
 198 questionamento sobre esse processo? FABIO (FEDERAMINAS) – Vai para votação ainda a
 199 condicionante a Lei do Snuc? SILVIA (PRESIDENTE) – Isso. Então neste momento
 200 colocaremos em votação o parecer da SUPRAM, do item 8.1, os senhores conselheiros que
 201 concordarem com parecer da SUPRAM permaneçam como estão ou manifestem voto
 202 contrário. Parecer aprovado. Neste momento colocaremos em votação a inclusão da
 203 condicionante número seis pelo Ministério Público, de cumprimento da Lei do Snuc com
 204 redação padrão da SUPRAM. Os senhores conselheiros que concordarem com a inclusão da
 205 condicionante permaneça como estão ou manifestem voto contrário. FABIO
 206 (FEDERAMINAS) – Eu sou contra e gostaria de colocar como sugestão dentro do COPAM,
 207 que tivesse um discernimento maior para todos os conselheiros em relação à Lei do Snuc,
 208 muita gente vota a favor da Lei do Snuc, sem entender o que é a lei do snuc, eu acho que a
 209 gente não deveria fazer nada, mexer com a lei do snuc, sem ter uma mensuração real e isso
 210 tinha que ser mais esclarecido, porque muitos conselheiros às vezes não sabem nem o que
 211 estão votando quando se diz Lei do Snuc, então a gente está fazendo um passivo que nem
 212 sabe a quantificação, por isso eu sou contra. THIAGO (FIEMG) – Voto contra por entender
 213 que não existe no processo EIA\RIMA não podendo assim quantificar a questão do
 214 significativo impacto ambiental. ELAINE (FAEMG) – Por entender que a lei não existe
 215 previsão legal de aplicação nessa hipótese. SIMONE (ABES) – Acompanho os outros.
 216 FLAVIO (SEDE) – Acompanho o voto dos conselheiros já esclarecidos os fatos. SILVIA
 217 (PRESIDENTE) – Condicionante aprovada, com voto contra da FEDERAMINAS, FIEMG,
 218 FAEMG, ABES e SEDE. Senhores conselheiros, vamos aguardar agora só a equipe técnica da
 219 SUPRAM, para a gente voltar no item 7.2. Senhores conselheiros, então vamos voltar aqui, a
 220 gente estava no item 7.2, quando foi questionada pela polícia a distância do curso d'água. A
 221 equipe técnica já está com a resposta, então passaremos neste momento a palavra para equipe.
 222 ANDERSON (SUPRAM) – Realmente foi um dado que faltou no parecer, a distância desse
 223 aterro que está sendo licenciado até o curso d'água é de 300 metros e até a nascente de 600,
 224 lembrando que do aterro até o curso d'água nós temos a área onde é reserva legal e entre o
 225 aterro que está sendo licenciado e a nascente nós temos o aterro de construção civil. SILVIA
 226 (PRESIDENTE) – Mais algum questionamento conselheiro? SGTO. AUGUSTO (POLICIA
 227 MILITAR) - Não estou satisfeito, a minha indagação foi porque na foto aquela linha está
 228 muito próxima da água. ANDERSON (SUPRAM) – é porque lá ela contemplava a área total
 229 do empreendimento. SILVIA (PRESIDENTE) – Algum questionamento dos conselheiros?
 230 Então neste momento colocaremos em votação o item 7.2, os senhores conselheiros que



concordarem com o parecer da SUPRAM permaneçam como estão ou manifestem voto contrário. Processo aprovado. Então neste momento nós finalizamos todos os processos, abro a palavra ao conselheiro Thiago (FIEMG). THIAGO (FIEMG) – Eu gostaria de deixar aqui novamente um recado presidente, porque nós estamos encerrando umas atividades ai esse ano, tem algumas empresas ai já fazendo seus planejamentos, fechando seus orçamentos para o ano que vem, então eu gostaria de lembrar aos empreendedores aqui presentes que a FIEMG continua com seu trabalho, com a questão da bolsa de resíduos com sistema integrado, outras federações já compraram nossa idéia e o intuito é fazer com que todo o Brasil, todas as federações possam entrar nesse sistema. O sistema de Bolsa de Resíduos consiste num sistema de plataforma eletrônica, para você fazer um cadastro gratuito e oferecer ou demandar algum tipo de resíduo que possa ser utilizado como matéria prima e estou pessoalmente aqui na regional tentando alavancar essas situações. No mais também estaremos ai no começo do ano fazendo algumas palestras de natureza de obrigação ambiental na indústria, para que o empresário possa desde janeiro já saber todo seu calendário que ele tem que cumprir. Obrigado. SILVIA (PRESIDENTE) – Mais algum conselheiro gostaria de manifestar? Então neste momento às 09h48min, nós finalizamos a nossa reunião. FABIO (FEDERAMINAS) - Eu gostaria de fazer uma sugestão para que na próxima reunião nós tivéssemos um ligeiro debate referente a posições da Lei do Snuc, porque quando se fala em impactos não mitigáveis e mitigáveis, grande maioria já está contemplada na maioria dos processos, e eu gostaria de falar porque em vários casos é redundante ao empreendedor a aplicação da Lei do Snuc apesar de estar às vezes na legislação. Então nós como conselho, eu queria debater um pouco mais nesse assunto específico, um apêndice. SILVIA (PRESIDENTE) – Mais algum conselheiro? Fabio, eu vou pedir para que você entre em contato com Rodrigo o superintendente e articule isso para a próxima reunião, ou outro momento oportuno. THIAGO (FIEMG) – Só para complementar Fábio, se for necessário nós temos a disposição um profissional especialista nessa área, em Belo Horizonte nós podemos convidar para falar e dar espaço para nossa Procuradoria Geral de Justiça com certeza. SILVIA (PRESIDENTE) – Mais uma vez finalizamos a reunião um bom dia a todos. **Item 11 – Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratada, a presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão e eu, Danielle Teixeira Pinto, lavrei a presente Ata que segue por ele assinada. Uberlândia, 29 de Outubro de 2012.

SILVIA CRISTIANE LACERDA – (presidente suplente)